

<div>Seção XI</div> <div>Da Licença para Qualificação Profissional</div> <div>Art. 116. A qualificação profissional constitui prerrogativa inerente ao cargo de Auditor do Estado, que poderá obter licença do Secretário de Estado da Fazenda para afastar-se de suas funções, com ou sem prejuízo dos vencimentos, a fim de, no País ou no exterior, observada a regulamentação própria: I - frequentar cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação; II - participar de congressos, simpósios ou outras promoções similares.  Parágrafo único. A licença para frequentar cursos de pós-graduação somente poderá ser concedida ao Auditor do Estado com mais de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo e dependerá de deliberação do Conselho Superior.</div> <div>Seção XII</div> <div>Da Licença para Casamento ou por Luto</div> <div>Art. 117. Serão concedidos, com todas as vantagens, até 8 (oito) dias de licença ao Auditor do Estado que: I - contrair matrimônio; II - perder, por falecimento, ascendente, descendente, padrasto, madrastra, cônjuge, companheiro, sogro, enteado, menor sob guarda ou tutela e irmão.  Parágrafo único. As licenças de que trata o “caput” independem de requerimento escrito e serão concedidas pelo superior imediato, à vista da respectiva certidão.</div> <div>Seção XIII</div> <div>Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro</div> <div>Art. 118. O Auditor do Estado terá direito à licença sem vencimentos quando seu cônjuge ou companheiro, independentemente de solicitação, for transferido para o exterior ou para Município situado em outro Estado.  § 1.º A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído e vigorará pelo tempo em que perdurar o afastamento do cônjuge ou companheiro, observado o disposto no artigo seguinte, devendo ser renovada de 2 (dois) em 2 (dois) anos, sem que possa exceder, no entanto, 10 (dez) anos.  § 2.º Durante a licença de que trata o artigo, o Auditor do Estado não contará tempo de serviço para qualquer efeito.  Art. 119. Cessado o motivo da licença, ou concluído o período desta sem que tenha sido requerida a sua renovação, o Auditor do Estado deverá reassumir o exercício no prazo máximo de 30 (trinta) dias.</div> <div>Seção XIV</div> <div>Da Assistência a Filho Portador de Necessidades Especiais</div> <div>Art. 120. Ao Auditor do Estado pai, mãe ou responsável por portador de necessidades especiais, físicas ou mentais, em tratamento, fica assegurada, quando necessária, a redução de 50% (cinquenta) por cento de sua carga de trabalho, na forma da lei.</div> <div>CAPÍTULO XX</div> <div>DA APOSENTADORIA</div> <div>Art. 121. O Auditor do Estado será aposentado nos termos da legislação aplicável aos servidores regidos pelo Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.</div> <div>CAPÍTULO XXI</div> <div>DAS NORMAS DISCIPLINARES</div> <div>Seção I</div> <div>Das Penalidades e sua Aplicação</div> <div>Art. 122. O Titular do cargo de Auditor do Estado está sujeito às seguintes penas disciplinares: I - advertência; II - censura; III - suspensão; IV - demissão; V - demissão a bem do serviço público; VI - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.  Art. 123. A pena de advertência será aplicada quando ocorrer: I - negligência no exercício das atribuições funcionais; II - desobediência às determinações e instruções das chefias e órgãos superiores.  Parágrafo único. A pena de advertência será aplicada verbal e pessoalmente, de forma reservada, e não constará dos assentamentos funcionais.  Art. 124. A pena de censura, imposta por escrito em caráter reservado, será aplicada nos casos de: I - violação intencional dos deveres funcionais;  II - negligência ou desobediência reiterada; III - incontinência de conduta; IV - reincidência em falta punida anteriormente com pena de advertência.  Art. 125. A pena de suspensão será aplicada nos casos de: I - reincidência em falta punida com pena de censura; II - afastamento do exercício da função, fora dos casos admitidos em lei, salvo se cominada pena mais grave; III - prática de ato incompatível com a dignidade do cargo ou da função.  § 1.º A pena de suspensão, que não excederá 60 (sessenta) dias, importará na perda de 50% (cinquenta por cento) da remuneração e da contagem total do tempo de serviço nesse período, não podendo coincidir com férias ou licença concedida a qualquer título.  § 2.º Serão consideradas atenuantes, na aplicação da pena de suspensão, a ausência de antecedentes disciplinares desabonatórios e a prestação de bons serviços à Secretaria da Fazenda.</div> <div>Art. 126. Por conveniência do serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, hipótese em que o punido permanecerá em exercício da função com a perda de 1/3 (um terço) da remuneração e sem interrupção da contagem do tempo de serviço.  Art. 127. A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - abandono de cargo, assim considerada a interrupção injustificada do exercício das funções inerentes por mais de 30 (trinta) dias consecutivos; II - ausência ao serviço sem causa justificada por mais de 60 (sessenta) dias, intercaladamente, no período de 12 (doze) meses; III - condenação judicial pela prática de crime ao qual seja cominada a pena de reclusão nos limites previstos na legislação penal.  Art. 128. A pena de demissão a bem do serviço público será aplicada nos casos de: I - improbidade funcional; II - condenação por crime contra a administração pública.  Art. 129. As penas previstas nos incisos IV, V e VI, do art. 122 somente poderão ser aplicadas com base em Processo Administrativo-Disciplinar ou decisão judicial transitada em julgado.  Parágrafo único. No caso de aplicação de pena decorrente de falta que constitua também crime de ação pública, a autoridade competente encaminhará os autos ao Ministério Público para os fins de direito.  Art. 130. Mediante Processo Administrativo-Disciplinar poderá ser cassada a aposentadoria ou disponibilidade de Auditor do Estado em virtude de ato ilícito que tenha praticado quando ainda em atividade funcional, nos casos em que esta Lei Orgânica comine penas de demissão ou demissão a bem do serviço público.  Art. 131. A reincidência caracteriza-se pelo cometimento de falta disciplinar, após a aplicação de pena definitiva, por falta a que se comine pena de igual natureza e grau, ou mais grave.  Parágrafo único. A reincidência somente opera efeitos se a segunda falta disciplinar for cometida antes de transcorridos dois anos da aplicação da pena anterior, em caráter definitivo.  Art. 132. Constarão dos assentamentos individuais do Auditor do Estado as penalidades que lhe forem impostas, sendo vedada a identificação nominal por ocasião da publicação, a não ser nos casos de demissão, de demissão a bem do serviço público, de cassação de aposentadoria ou de cassação de disponibilidade.  Parágrafo único. Fica vedado fornecer a terceiros, certidão relativa a penalidades aplicadas, salvo nos casos estabelecidos em lei ou requisição judicial.  Art. 133. São competentes para a aplicação das penas disciplinares: I - o Governador do Estado, em qualquer caso; II - o Secretário de Estado da Fazenda, na hipótese de pena de suspensão por até 60 (sessenta) dias ou multa; III - o Contador e Auditor-Geral do Estado, na hipótese de pena de suspensão por até 30 (trinta) dias ou multa; IV - o superior imediato nas hipóteses de advertência ou censura.  Parágrafo único. O Conselho Superior deverá apresentar parecer antes da aplicação das penas disciplinares a Auditor do Estado, em exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.</div> <div>Seção II</div> <div>Da Prescrição da Aplicação das Penalidades</div> <div>Art. 134. A aplicação das penas disciplinares prescreve: I - em 6 (seis) meses quanto à advertência e à censura; II - em 12 (doze) meses, nos casos de suspensão ou multa; III - em 18 (dezoito) meses, por abandono de cargo ou faltas sucessivas ao serviço; IV - em 24 (vinte e quatro) meses, quanto às infrações puníveis com cassação de aposentadoria ou disponibilidade, e demissão.  § 1.º O prazo de prescrição começa a fluir desde a data da ocorrência do ato faltoso e a contagem do mesmo é suspensa pela adoção de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, retomando-se a contagem quando vencido o prazo legal para conclusão do procedimento adotado sem que tenha sido concluído, não correndo no período de férias ou licença em relação aos incisos I e II deste artigo.  § 2.º Quando a falta constituir também crime ou contravenção, a prescrição será regulada pela lei penal.</div> <div>Seção III</div> <div>Da Sindicância</div> <div>Art. 135. A sindicância será realizada como condição para a aplicação das penalidades previstas nos incisos II e III do art. 122 ou quando a falta funcional não se revelar evidente ou for incerta a sua autoria.  Art. 136 - O Secretário de Estado da Fazenda ou o Contador e Auditor-Geral do Estado, ao determinar a sindicância, poderá, de acordo com a natureza da irregularidade, designar I (um) ou mais Auditores do Estado, até no máximo de 3 (três), para realizá-la, mediante portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado.  Art. 137. Na realização da sindicância, observar-se-á o seguinte procedimento: I - a comissão, ou o sindicante, em sigilo, verificará os fatos e as circunstâncias em que os mesmos ocorreram, inquirindo o autor da representação, se houver, e as testemunhas, e apreciará os documentos que possam esclarecer a informação;  II - a seguir, ouvirá o indiciado, assinando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para produzir justificação ou defesa, possibilitando-lhe apresentar provas, arrolar testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), oferecer alegações escritas e juntar documentos; III - colhidas as provas, em 10 (dez) dias, o sindicante, ou a comissão, em idêntico prazo, apresentará relatório com as conclusões finais ao Contador e Auditor-Geral do Estado; IV - recebido o processo apto para decisão, o Contador e Auditor-Geral do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, pronunciar-se-á e, caso a aplicação da pena sugerida não seja de sua competência, remeterá o processo ao Secretário de Estado da Fazenda, que, no prazo de 10 (dez) dias, proferirá decisão, caso não sejam determinadas novas diligências.  Art. 138. A sindicância será realizada em 90 (noventa) dias, salvo motivo plenamente justificado.  Art. 139. Aplicam-se à sindicância, no que forem compatíveis, as normas do Processo Administrativo-Disciplinar.</div>	
--	--